

Memorando 326/2026

De: Thiago S. - CMPREVI-CI-ASS

Para: CMPREVI-DP - Diretoria de Presidência - A/C Ronaldo R.

Data: 26/01/2026 às 11:00:04

Setores envolvidos:

SMEB-DA, SMF, CMPREVI, CMPREVI-CA, CMPREVI-DI-CI, CMPREVI-CI-ASS, SMHTRF-CAHRF, CMPREVI-DP, CMPREVI-CI

Ata da reunião de deliberação sobre a Política de Investimentos para 2026

Saudações,

segue anexa ata da primeira reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocasião em que também serviu como reunião do Conselho Administrativo, na qual foi feita apresentação referente à Política de Investimentos do Ceará-Mirim Previ para o ano de 2026 (também anexa), tendo obtido aprovação unânime das autoridades competentes. Considerando a leitura e aprovação da respectiva ata, solicito a assinatura eletrônica de todos os participantes da reunião.

Atenciosamente,

Ronaldo Marques Rodrigues
Diretor Presidente do Ceará-Mirim Previ

Presidente do Comitê de Investimentos do Ceará-Mirim Previ

—
Respeitosamente

Thiago Alexandre Viana da Silva

Assessor Jurídico do Ceará-Mirim Previ

Anexos:

Ata_da_reuniao_26_01_2026_comite_de_investimentos_e_conselho_administrativo_1.pdf

POLITICA_DE_INVESTIMENTOS_CEARA_MIRIM_2026.pdf

Assinado digitalmente (emissão + anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Thiago Alexandre Viana da ...	26/01/2026 11:02:41	1Doc	THIAGO ALEXANDRE VIANA DA SILVA CPF 084.XXX...
álvaro Vinícius de Souza S...	26/01/2026 11:06:39	1Doc	ÁLVARO VINÍCIUS DE SOUZA SILVA CPF 073.XXX.X...
Marcio da Silva	26/01/2026 11:29:14	1Doc	MARCIO DA SILVA CPF 031.XXX.XXX-47

Elda de Andrade Souza	26/01/2026 11:34:19	1Doc	ELDA DE ANDRADE SOUZA CPF 850.XXX.XXX-15
Ciro Davi da Cruz Azevedo	26/01/2026 11:48:39	1Doc	CIRO DAVI DA CRUZ AZEVEDO CPF 022.XXX.XXX-50
Paulo Roberto Gomes de Fra...	26/01/2026 12:17:57	1Doc	PAULO ROBERTO GOMES DE FRANÇA CPF 367.XXX.XX...
Aracelle Souza de Oliveira	27/01/2026 08:56:18	1Doc	ARACELLE SOUZA DE OLIVEIRA CPF 084.XXX.XXX-9...
Ronaldo Marques Rodrigues	27/01/2026 08:56:46	1Doc	RONALDO MARQUES RODRIGUES CPF 175.XXX.XXX-00
Glicelia Maria de Oliveira	27/01/2026 17:41:02	1Doc	GLICELIA MARIA DE OLIVEIRA CPF 634.XXX.XXX-0...
Adailton da Costa Nobre	27/01/2026 18:49:39	1Doc	ADAILTON DA COSTA NOBRE CPF 162.XXX.XXX-77

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ceara-mirim.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **BF E1-46ED-D9E5-6F3D**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE CEARÁ-MIRIM, BEM COMO DE REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA REFERIDA AUTARQUIA MUNICIPAL

Aos 23 de janeiro de 2026, reuniu-se o Comitê de Investimentos do Ceará-Mirim Previ, juntamente ao Conselho Administrativo, ambos contando com a presença de todos os seus integrantes, em formato híbrido (presencial e videoconferência).

PAUTA: Apresentação e aprovação da Política de Investimentos para o exercício de 2026, com as adequações à Resolução CMN nº 5.272.

ABERTURA: A reunião foi iniciada com a apresentação dos presentes e as boas-vindas aos novos membros. O Sr. Marcos Aurélio introduziu o tema, explicando que, embora a política anterior tivesse sido elaborada com base na Resolução CMN nº 4.963, a nova Resolução CMN nº 5.272 alterou as diretrizes, exigindo uma nova aprovação e adequação até o dia 1º de fevereiro.

DESENVOLVIMENTO:

1. Cenário Macroeconômico e Metodologia: O consultor Sr. Gutemberg apresentou as premissas baseadas no Boletim Focus, projetando para 2026 um IPCA de 4,28% e uma Selic terminal de 12,25%. A meta atuarial foi definida em IPCA + 5,52%, totalizando 10,04%.
2. Estratégia de Alocação e Resolução 5.272: Foi esclarecido que, devido à ausência atual do certificado Pró-Gestão, o RPPS sofre restrições de investimento impostas pela nova resolução. O RPPS fica limitado majoritariamente aos segmentos do Artigo 7º, inciso I (Fundos 100% Títulos Públicos) e inciso II (Títulos Públicos diretos).
3. Definição da Carteira Alvo: A estratégia alvo apresentada para 2026 define 92% dos recursos alocados no segmento do Artigo 7º, I (Fundos de Títulos Públicos) e 8% em Ativos Financeiros (Letras Financeiras - LFs) já existentes na carteira, que serão carregadas até o vencimento.
4. Cenários de Retorno: No cenário base, projeta-se um retorno de 13,87%, o que representa 138,15% de atingimento da meta atuarial. Foram apresentados também os cenários otimista e pessimista, mas a recomendação é a aprovação com base no cenário base.

DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES:

- Empréstimo Consignado: questionou-se a inclusão de um limite superior de 5% para empréstimos consignados, visto que o município não possui CAPAG suficiente atualmente. O consultor Gutemberg esclareceu que a estratégia alvo é 0%, mas mantém-se o limite superior apenas como margem para eventualidades, caso o município regularize sua situação ao longo do ano.
- Fundos de Aplicação Automática: Foi alertado pelos consultores que, a partir de 2 de fevereiro, o RPPS deve inibir as "aplicações automáticas" em fundos de fluxo (enquadrados no antigo Art. 7º III, a), pois estes exigem Pró-Gestão pela nova regra. O resgate automático é permitido, mas novas aplicações automáticas devem ser bloqueadas junto às instituições financeiras.
- Prazo de Enquadramento: Esclareceu-se que o RPPS tem um prazo de 720 dias (2 anos) para reenquadramento da carteira. Portanto, ativos como Renda Variável e Letras Financeiras podem ser mantidos, mas não podem receber novos aportes.
- Foi levantada a dúvida quanto ao Art. 12, §3º da nova resolução, referente à obrigatoriedade de publicidade trimestral dos custos de todos os prestadores de serviço, incluindo taxas de gestão e custódia. A consultoria esclareceu que, embora haja incerteza sobre a profundidade exigida pela norma, as taxas de administração já constam nos relatórios de investimento, e que o RPPS pode solicitar detalhamentos adicionais diretamente às gestoras para garantir a transparência.
- Houve questionamento sobre o impacto da Reforma Tributária na meta atuarial (138,15% de atingimento), sendo esclarecido que o retorno apresentado é líquido de impostos, pois o RPPS goza de imunidade tributária em relação a IR e IOF.
- Pró-Gestão: O Diretor Presidente, Sr. Ronaldo, informou que o Ceará-Mirim Previ já atingiu cerca de 92% dos requisitos para o Pró-Gestão Nível 1 e que uma auditoria está agendada para o dia 9 de fevereiro, visando à certificação, que permitirá maior flexibilidade de investimentos futuramente.

Em razão da alteração da legislação referente às regras de aplicação dos recursos dos RPPS, a Nui Consultoria apresentou a Política de Investimentos atualizada, elaborada em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025. Foram apresentados os percentuais de alocação sugeridos, bem como os resultados da carteira nos cenários base, pessimista e otimista. Ressalta-se que, previamente, a consultoria já havia apresentado os estudos relativos à metodologia utilizada para a estimativa de retornos e definição das alocações da Política de Investimentos. Os estudos conduzidos pela NUI Consultoria foram detalhadamente apresentados, visando estimar os retornos dos índices de mercado empregados na composição da carteira de investimentos para o ano de 2026. A metodologia adotada foi explicada, juntamente com os retornos projetados para os índices de renda fixa da

série IMA da ANBIMA (como IRF-M, IRF-M1, IRF-M1+, IMA-B5, IMA-B e IMA-B5+), além dos indicadores de renda variável (IBOVESPA, IDIV, SMLL, IBX, IBX50, IGC), e de investimentos internacionais (Global BDRX, MSCI World, Russell 1000 Growth Price Index, S&P 500), bem como os indicadores imobiliários (IFIX). A metodologia para avaliar os títulos públicos e privados da carteira, marcados na curva, também foi discutida, assim como as projeções de retorno para empréstimos consignados, caso sejam efetivados em 2026. A montagem da carteira de investimentos considerou as expectativas de retorno e os riscos inerentes a cada segmento, resultando em uma expectativa de retorno real superior à meta estabelecida para o período. Esta estratégia foi embasada no parecer atuarial, que levou em conta a duração do passivo e o histórico de superação da meta nos últimos cinco anos, em conformidade com as Portarias 1.467/2022 e 2.010/2025.

CONCLUSÃO: Após os esclarecimentos, foi colocada em votação a Política de Investimentos para 2026, baseada no Cenário Base e adequada à Resolução CMN nº 5.272, a qual foi APROVADA por unanimidade pelos membros presentes competentes para tal finalidade.

Ficou definido que a ata deve ser datada e assinada antes de 1º de fevereiro para cumprimento legal.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Ceará-Mirim/RN, 23 de janeiro de 2026

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

RONALDO MARQUES RODRIGUES - PRESIDENTE

ÁLVARO VINÍCIUS DE SOUZA SILVA

ARACELLE SOUZA DE OLIVEIRA

ADAILTON DA COSTA NOBRE

THIAGO ALEXANDRE VIANA DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO:

CIRO DAVI DA CRUZ AZEVEDO - PRESIDENTE

MARCIO DA SILVA

GLICELIA MARIA DE OLIVEIRA

PAULO ROBERTO GOMES DE FRANÇA

ELDA DE ANDRADE SOUZA

